

I. APRESENTAÇÃO

Este é o 14º Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP" ou "Instituição"), que apresenta o cumprimento das diretrizes da organização para o exercício de 2022.

A edição de 2022 destaca as ações tomadas pela Desenvolve SP em seu plano de negócios abrangendo conceitos de sustentabilidade e inovação e o aporte de R\$ 1 bilhão realizado pelo controlador no exercício.

II. DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142 de 6 de setembro de 2007, tendo sido constituída como pessoa jurídica de direito privado e de capital fechado, é uma Instituição pública não dependente do Tesouro, e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 3,2 bilhões, a Instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2023, passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Cabe a Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

III. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2022 a 2026 e de seu Plano de Negócios 2022, foram definidos como princípios transversais a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG).

► MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

► VISÃO

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

► VALORES

- ✓ Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
- ✓ Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
- ✓ Buscamos a eficiência em todos os negócios;
- ✓ Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
- ✓ Temos orgulho de fazer parte desse time!

1. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para o período de 2022 a 2026, foram definidas como diretrizes de atuação:

INOVAÇÃO:

- Inovar em todos os seus negócios, a fim de potencializar a sua presença no mercado, maximizar os seus resultados, garantindo a sua perenidade.
- Adotar modelos de negócios baseados em estruturas organizacionais inovadoras e de transformação digital.

SUSTENTABILIDADE: Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da Instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.

PESSOAS: Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

EFICIÊNCIA: Buscar a eficiência nos processos comerciais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.

RELAÇÃO COM GOVERNO:

- Participar dos Programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, modernização, reduzindo as diferenças regionais.
- Estar presente nos planos de retomada da economia após Covid-19.

2. PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2022

Alinhado ao plano estratégico, o Plano de Negócios, representado pela sua matriz de atuação, indica os caminhos táticos que o Desenvolve SP deve percorrer no ano.

Fundamentos em **Sustentabilidade e Inovação** como princípios transversais, cinco são os pilares de atuação, alinhados aos ODS: Inovação nos negócios; Inovação e crescimento organizacional; Ambiental; Social; e Governança.

3. APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023-2030

Em novembro de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2030, tendo como pilares de atuação a Governança, a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios ESG.

O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da Instituição: <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/>

4. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em cumprimento a Deliberação Codex 04/2019, emitido pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codex), foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Desenvolve SP, envolvendo a participação de 11 membros, sendo nove do Conselho de Administração, incluindo o Diretor Presidente, e dois da Diretoria Executiva, mediante o preenchimento de formulários específicos.

A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consequência dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual. O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, que atestou a sua conformidade.

5. PÚBLICO-ALVO

O foco da Desenvolve SP são microempresas, empresas de pequeno e médio porte e setor público, atendendo as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, atuantes no agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

6. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2022

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2022-2026, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, foi aprovado o Plano de Metas para 2022.

Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas, que apresentaram como Meta Global¹ um resultado de 85,15%².

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Desenvolve SP possui uma estrutura de Governança Corporativa que assegura a transparência, a equidade e a responsabilidade corporativa na execução de suas atividades, bem como uma eficaz prestação de contas com a sociedade.

A Instituição baseia suas atividades nas boas práticas de governança corporativa, utilizando para isso os seguintes instrumentos de governança corporativa: Estatuto Social, Políticas Internas, Manuais de Normas e Procedimentos, páginas de transparência e de governança e intranet.

O Estatuto Social da Desenvolve SP foi elaborado em conformidade com as leis e normativas vigentes e regulamentada, em linhas gerais, o funcionamento da Instituição, os direitos e obrigações dos órgãos colegiados estatutários.

As Políticas Internas definem parâmetros, diretrizes ou orientações, que facilitam e servem de base para o processo de tomada de decisões e comportamento em qualquer nível da empresa.

Com uma estrutura de Governança Corporativa que prioriza a descentralização do processo decisório e a tomada de decisão sempre de forma colegiada, a Desenvolve SP aumentou a sua estrutura de Governança Corporativa em 2022 com a criação de dois novos comitês colegiados internos, fortalecendo o processo:

- Comitê Gerencial: O Comitê Gerencial, criado em substituição ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios, é composto pelos colaboradores da Desenvolve SP no exercício dos cargos de Superintendente, Chefe de Gabinete, Ouvidor e Gerente diretamente vinculado a Diretoria. Suas atribuições são acompanhar a formulação e execução do Plano de Metas vigente e demais atividades relacionadas, com propostas de atuação e sugestões de aprimoramento, acompanhar os Projetos Corporativos e propor alterações, prestar contas de sua atuação para os demais gestores e funcionários da Desenvolve SP, além de apreciar temas transversais da Instituição que não são da competência dos demais comitês;

- Comitê de Tecnologia da Informação: Composto por colaboradores da Desenvolve SP, o Comitê de Tecnologia da Informação tem como principal atribuição direcionar e priorizar os investimentos e projetos estratégico, arquitetura, segurança da informação e desenvolvimento de sistemas e implantações, sempre primando pela boa governança de TI.

Por fim, visando reduzir ou eliminar gradualmente o trâmite de papel entre as unidades da Desenvolve SP, bem como em seu relacionamento com órgãos externos, a Desenvolve SP iniciou sua participação, em 2022, no Programa São Paulo Sem Papel.

8. CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da Instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da Instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterada pela Resolução CMN nº 4.943, de 15 de setembro de 2021, a Desenvolve SP possui uma Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC), que estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

Como parte do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático da carteira de crédito da Instituição, são utilizadas as informações dos Cenários 2040, provenientes do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo (ZEE-SP).

Além disso, faz parte da PGRSAC a Lista de Exclusão da Desenvolve SP, que contém as atividades e os empreendimentos não financiados e as situações envolvendo condenação em crimes sociais, ambientais ou climáticos. Essa lista foi revisada, passando a contemplar itens das Listas de Exclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da International Finance Corporation (IFC), do New Development Bank (NDB), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

9. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em 2022, a Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se as ações voltadas à promoção de treinamento dos colaboradores. A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/igpd/>.

10. PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

A Desenvolve SP participou da autoavaliação de aderência às boas práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, promovida pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), onde foi disponibilizado um roteiro de atuação, com sugestões de aprimoramento das melhores práticas. Está em andamento a verificação dessas sugestões, para posterior definição dos procedimentos para implantação.

¹ Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

² Resultado prévio.

IV. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Mantendo seu compromisso com uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, em 2022 a Desenvolve SP dedicou-se a fortalecer o alinhamento à agenda global de desenvolvimento sustentável, estabelecendo ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do Estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Dentre as principais ações, destacam-se:

- Criação da Superintendência de Sustentabilidade e Impacto (SUSIM), responsável pela estratégia de sustentabilidade da Desenvolve SP, com atuação transversal ao planejamento estratégico e às políticas institucionais.
- Elaboração e divulgação do Framework de Financiamento Sustentável, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo conteúdo obteve avaliação independente (SPO - *second party opinion*) da empresa NINT - Natural Intelligence.
- Atualização da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRISAC), que estabelece os princípios e as diretrizes de natureza social, ambiental e climática da Desenvolve SP, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021.
- Elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2021, em conformidade com a opção Essencial, as diretrizes e recomendações das normas da organização internacional *Global Reporting Initiative* (GRI).
- Renovação da adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção e promoção dos Dez Princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a renovação da adesão, a Desenvolve SP mantém o compromisso de reportar anualmente sua atuação e progresso em relação aos Dez Princípios.
- Continuidade da adesão ao Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), cujo objetivo é incentivar empresas públicas e privadas, associações e municípios paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Em 2022, a Desenvolve SP participou da publicação do livro "Acordo Ambiental São Paulo - 91 Casos de Sucesso", com o case "Medição do consumo de carbono da Desenvolve SP e neutralização por meio do Plantio da Integração".
- Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP, confeccionada em parceria com o BID.
- Desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas e sistemas internos, que visam identificar e avaliar, bem como mensurar e monitorar os impactos gerados pelos projetos e programas financiados alinhados às metas dos ODS, cujo progresso se dará ao longo de 2023.

V. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

► Linhas de financiamento

• Setor privado

Em 2022 foi lançada a Linha Digitaliza SP. Criada em cooperação com o Senai-SP, a linha visa oferecer financiamento para implantação de projetos de transformação digital de forma rápida e simplificada. Os clientes passam por consultoria Senai para estruturação do projeto e podem solicitar o financiamento para garantir a implantação.

• Setor Público

Em 2022 foi realizada a assinatura de Convênio e de plano de trabalho para equalização parcial de juros da Linha Desenvolve Municípios (LDM), em parceria com o Governo do Estado de SP, tendo esta linha o objetivo de financiar projetos de infraestrutura urbana e de iluminação pública. Em 2022 foram contratadas 72 operações pela mesma, totalizando mais de R\$ 920 milhões em valores contratados. Também houve o lançamento da Linha Municípios Sustentáveis (LMS), com condições diferenciadas e focada em operações de crédito destinadas a financiar investimentos municipais destinados a projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de CO² e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, além de investimentos em infraestrutura sociais, como escolas, hospitais e destinações turísticas, desta forma contribuindo para uma carteira de crédito do setor público mais alinhada com os ODS da ONU.

► Fundos Garantidores

A Instituição opera com seis fundos garantidores: FGI, FGI CL, FGI PEAC, FDA, FAMPE e FGO/PRONAMPE.

Com o objetivo de fornecer garantias para operações de eficiência energética a Desenvolve SP implementou, no final de 2022, o Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE), com patrimônio de EUR 8 milhões. A iniciativa faz parte do Programa PotencializEE, coordenado pela GIZ. Os recursos são provenientes de subvenção do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility. Ao longo dos três anos do projeto, deverão ser originados para a Desenvolve SP mais de R\$ 400 milhões em operações de crédito.

► Fundos de Desenvolvimento

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados a programas e projetos, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Estado de São Paulo.

Em janeiro de 2022, a Desenvolve SP passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAM), cujo patrimônio em dezembro de 2022 alcançou o volume de R\$ 46 milhões. O Fundo, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional, tem como objetivo o financiamento e o investimento em planos, projetos, programas, serviços e obras de interesse da Região Metropolitana de Campinas.

Em dezembro de 2022, a Instituição firmou contrato com a Secretaria da Habitação para a prestação de serviços de administração dos recursos do Fundo Garantidor da Habitação (FGH), cujo patrimônio é de R\$ 30 milhões.

Ao final de 2022, o patrimônio dos fundos alcançou o volume de R\$ 3,1 bilhões, distribuídos na gestão de 6 Fundos Garantidores e de 12 Fundos Estaduais de Desenvolvimento: BPP - Banco do Povo Paulista; FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos; FUNAC - Fundo Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo; FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista; FPHIS - Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social; FUNDESVAR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira; FUNDESPAR - Fundo de Des. Econ. e Soc. do Pontal do Paranapanema; FUNDOVALE - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; FUNCET - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FEPRAC - Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas; FUNDOCAM - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas; e FGH - Fundo Garantidor Habitacional.

Estão sendo negociados, junto às Secretarias de Estado, a internalização dos seguintes Fundos a Desenvolve SP, previsto para ocorrer nos próximos anos: FUMEFI - Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento; FDMBS - Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista; FEOP - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição; FRMS - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba; FRMJ - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Jiraci (criação já autorizada por lei); FRMP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba (criação já autorizada por lei); e FSJRP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (criação já autorizada por lei).

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos da Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, o Fundo Banco do Povo Paulista desembolsou R\$ 1,2 bilhão, por meio de 96 mil contratos, beneficiando 513 municípios. Em 2022, alcançou o montante recorde de R\$ 341,1 milhões, beneficiando 19,5 mil microempreendedores. O objetivo em apoiar o microcrédito é o de promover o desenvolvimento da sociedade. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

VI. PARCEIROS

1. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Desenvolve SP atua como instrumento financeiro em diversos programas, como: Programa Vale do Futuro; Programa de Crédito Turístico; Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (ProAV); Programa Novo Rio Pinheiros; Programa Pontal 2030 (Parapananema); Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi); Programa de Apoio à Inovação; Programa Empreenda Rápido; Transformando Cidades; Programa Frota Nova; Programa Água Limpá; Programa SP - Consórcios; Programas de Crédito Emergenciais; Programa Desenvolve Municípios.

2. ENTIDADES PARCEIRAS

Em 2022, a Desenvolve SP tornou-se membro da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). A Alide é um organismo internacional que representa os bancos de financiamento latino-americanos desde 1968, visando contribuir para o desenvolvimento regional, a cooperação financeira e os negócios, impulsionando setores econômicos na América Latina.

3. PUBLICIDADE, PATROCÍNIO E APOIO A EVENTOS

► Campanha Publicitária

Em 2022, realizamos campanha publicitária para divulgação de nossas linhas de financiamento sustentáveis, para inovação e capital de giro. A campanha de publicidade teve grande importância para a geração de novos pedidos de financiamento e para levar tráfego qualificado ao site.

Em períodos de maior investimento, as ações de busca que fizeram parte da estratégia da campanha foram a maior fonte de tráfego ao site da Desenvolve SP.

► Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas

A Desenvolve SP lançou em 2022 o Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas - Como se adequar ao novo mundo, com a proposta de apresentar o cenário atual e alertar sobre a importância e inevitabilidade de se adaptar. Evidenciar que a economia sustentável é benéfica não só para o bem-estar da sociedade e para a preservação do meio ambiente, mas também para o sucesso financeiro das empresas e para o desenvolvimento econômico do nosso estado e país. Incentivar e orientar os empresários na construção deste novo modelo econômico mais sustentável. Foram mais de 7,2 mil acessos à página do guia.

► Novo site

Em novembro um novo site da Desenvolve SP foi lançado. Uma versão com visual atualizado, mais moderno e intuitivo com o objetivo de melhorar ainda mais a experiência do usuário na busca pelos produtos e informações sobre a Desenvolve SP. O site representa o compromisso da Desenvolve SP em manter-se atualizado, e gerar a melhor experiência possível ao usuário.

► Patrocínios

Como parte do posicionamento estratégico desenvolvido para o fortalecimento da marca e a difusão da cultura empreendedora, em 2022 a Desenvolve SP se mostrou mais uma vez uma parceira importante em iniciativas que reforçaram o suporte ao ambiente da retomada econômica do estado em vários setores e o alinhamento da Instituição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 da ONU.

Foram firmados os seguintes patrocínios em eventos institucionais: Projeto "Agenda São Paulo 2022", evento "Alternativas para o desenvolvimento", evento "Semana da Sustentabilidade - 2022 - BID Invest", evento "Agora é que são elas, protagonismo feminino nos negócios", Almoço de confraternização - Abimaga/Sindimag e Encontro Nacional Absolar 2022.

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

A. MUNDIAL

O biênio 2020 e 2021 ofereceu um grande desafio para a economia mundial em função da pandemia do Covid-19. Quando a pandemia surgiu em 2020, a economia global sofreu um grande choque, saindo de uma alta de 2,8%, em 2019, para uma recessão mundial de 3,8%, em 2020. As cadeias produtivas e de logística mundiais foram afetadas, provocando desabastecimento e descontrolado inflacionário. A retomada econômica em 2021 ficou condicionada à reabertura dos mercados internacionais e aos programas de vacinação, que foi essencial para o bom resultado dos principais indicadores econômicos mundiais. No biênio 2022-2023, havia expectativa de que os principais indicadores econômicos apresentassem um ritmo de retorno à normalidade, na medida em que fosse superada a pior fase da pandemia. No primeiro semestre de 2022, porém, dois acontecimentos modificaram significativamente o cenário econômico: (i) Invasão russa no território da Ucrânia e (ii) a política de combate ao vírus adotada pela China, causando ruptura nas cadeias globais de suprimentos, o que pressionou a inflação em nível mundial, levando a uma desaceleração mais intensa nas principais economias. Nesse cenário, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório do World Economic Outlook (outubro/2022), as projeções para crescimento global são de 3,2%, em 2022, e de 2,7% em 2023.

B. BRASIL

Os dois primeiros anos de pandemia revelaram-se um período de resiliência para a economia brasileira. A queda de 3,9%, do PIB brasileiro em 2020 mostrou que a pandemia colocou a atividade doméstica na rota de uma recessão em níveis recordes. No entanto, as políticas fiscais, com o auxílio emergencial, monetária expansionista, com a taxa Selic em seu menor patamar, tiveram papel fundamental para atenuar esse processo ao longo de 2020. O ano seguinte, por sua vez, foi marcado pela retomada econômica, onde a economia registrou um avanço de 4,6%. Apesar deste avanço, dois indicadores importantes ficaram no radar, a inflação e a Selic. No biênio 2022-2023, mesmo com bons resultados de atividade, a economia brasileira foi afetada pelo cenário internacional. A inflação também se mostrou resiliente, com impacto determinante para o início do ciclo de alta da taxa Selic, que em outubro atingiu 13,75%. As projeções do FMI para o PIB em 2022 são de crescimento em 2,8%, e de 1% em 2023.

C. SÃO PAULO

Dentro do contexto nacional, São Paulo também foi muito impactado pela pandemia da Covid-19. No período 2020 a 2021, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), no estado houve fôlego e capacidade de resistência para atravessar o momento mais crítico da pandemia. Assim, os resultados econômicos do estado revelaram-se positivos, o que forneceu boas condições para uma expansão robusta em 2022. Em 2022, a atividade econômica apresentou bom ritmo de crescimento em relação ao ano anterior. De acordo com a Seade, dentre os fatores que esclarecem esse resultado, pode-se destacar o Auxílio Brasil e a flexibilização das medidas restritivas, muito favorável aos serviços, principalmente os segmentos mais afetados pela pandemia, como transportes, turismo, entretenimento, hospedagem e alimentação. Outro fator foi o crescimento de 10,8% na taxa de ocupação em São Paulo, em comparação com o primeiro trimestre de 2021. As projeções da Seade relativas ao fechamento do ano se direcionam para um crescimento moderado da economia paulista, com influência positiva dos pacotes de benefícios sociais e da desaceleração da inflação e negativa do cenário internacional. Desta forma, as projeções para o PIB paulista têm agora mínima de 1,7%, média de 2,1% e máxima de 2,7%.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

► Desembolsos

Os desembolsos acumulados entre 2009 e 2022, totalizaram R\$ 6,1 bilhões (13.286 operações), distribuídos em 478 municípios, para 192 prefeituras e 10.072 empresas.

Em 2022, os desembolsos somaram R\$ 735,7 milhões, sendo 66,6% liberados com recursos próprios e 33,4% com recursos de terceiros, atendendo 1.713 empresas e 38 prefeituras, abrangendo um total de 246 municípios.

Ainda sob efeito do reflexo do período de transição pós-pandemia, muitas empresas tiveram suas atividades reduzidas, mantendo a procura por capital de giro, o que representou 61,3% do valor desembolsado em 2022. Outros 33,8% foram destinados a projetos de investimento e 4,9% para máquinas e equipamentos.

Cabe destacar os pedidos de financiamento para capital de giro, na modalidade Crédito Digital, com operações de até R\$ 1 milhão, através de 1.559 operações, totalizaram R\$ 327,2 milhões, 39,7% maior que em 2021.

Para o setor de serviços, foi desembolsado em 2022, R\$ 231,5 milhões, que correspondem a 31,5% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor industrial com 22,0%, comércio com 21,1%, o setor público com 19,1%, setor de construção com 5,8% e o setor do agricultura, pecuária e pesca com 0,5%. Os desembolsos para inovação somaram R\$ 20,5 milhões. No período de 2013 a 2022, a Desenvolve SP atingiu o total de R\$ 271,8 milhões, sendo 48,6% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

► Setor Público

O financiamento ao setor público, um dos focos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Desenvolve SP, atingiu um de seus melhores resultados desde a constituição da empresa, principalmente no que tange aos temas de contratações e liberações de recursos.

• Desembolsos

Desde o início das operações com o setor público, foram realizados mais de 1.500 desembolsos, referentes à 360 contratos firmados com 192 prefeituras, totalizando mais de R\$ 1 bilhão em desembolsos acumulados. No ano de 2022 foram desembolsados R\$ 140 milhões, beneficiando 38 prefeituras.

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.				
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de Reais)				
ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021	
Disponibilidades	4	100	131	
Instrumentos Financeiros		4.954.340	3.874.643	
Títulos e Valores Mobiliários	5a e 5b	2.715.166	1.804.700	
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	-	4.501	
Operações de Crédito	6e	2.239.174	2.065.442	
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(211.865)	(140.616)	
Operações de Crédito	6a e 6e	(211.850)	(140.599)	
Outros Créditos		(15)	(17)	
Ativo Fiscal Diferido	14b	114.110	71.870	
Outros Ativos		48.296	47.543	
Outros Valores e Bens	7a	41.411	41.968	
Outros Créditos	7b	6.885	5.575	
Imobilizado de Uso Intangível	8a	33.849	33.849	
Intangível	8b	9.870	7.558	
Depreciação e Amortização		(7.542)	(6.748)	
Imobilizado		(4.348)	(3.872)	
Intangível		(3.194)	(2.876)	
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7a e 8a	(1.219)	(2.439)	
Total do Ativo		4.939.939	3.885.791	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
	Reserva de lucros			Total
	Capital realizado	Aumento de Capital	Legal Especial de lucro	
Saldo em 01/07/2022	2.156.476	-	30.552	115.957
Aumento de Capital	-	1.000.000	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-
Destinações:				
Reservas	-	-	5.448	44.645
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	(25.877)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	-	-	-	32.985
Saldo em 31/12/2022	2.156.476	1.000.000	36.000	193.587
Mutações do período	-	1.000.000	5.448	77.630
Saldo em 01/01/2022	2.156.476	-	25.866	121.510
Aumento de Capital	-	1.000.000	-	-
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	-	-	-	(72.334)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	202.682
Destinações:				
Reservas	-	-	10.134	82.263
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	(48.137)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	-	-	-	62.148
Saldo em 31/12/2022	2.156.476	1.000.000	36.000	193.587
Mutações do período	-	1.000.000	10.134	72.077
Saldo em 01/01/2021	1.041.977	-	12.925	20.790
Aumento de Capital	1.114.499	-	-	(32.574)
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	-	-	-	(2.327)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	101.521
Destinações:				
Reservas	-	-	5.076	41.021
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	(24.111)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	-	-	-	31.313
Saldo em 31/12/2021	2.156.476	-	25.866	121.510
Mutações do exercício	1.114.499	(12.925)	5.076	37.433
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
1 - Contexto operacional				
A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição" ou "Desenvolve SP") é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo - SP constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.953/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.				
A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.				
Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:				
i. Fundos governamentais;				
ii. Orçamento estadual;				
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.				
Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.				
2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras				
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 de 12 de maio de 2000, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normalizações do Conselho Monetário Nacional.				
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.				
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.				
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.				
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.				
Em 28 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.				
3 - Principais práticas contábeis				
a) Receitas e despesas				
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.				
b) Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.				
c) Instrumentos financeiros				
i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos				
Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.				
As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.				
De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não.				
Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (<i>hedge</i>) podem ser classificados como:				
I - hedge de risco de mercado; e				
II - hedge de fluxo de caixa.				
Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:				
(1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e				
(2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.				
ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.				
• Operações de crédito e obrigações por repasse				
As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.				
• Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os eventuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.				
A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.				
• Renegociações				
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.				
Conforme disposto pela Resolução nº 4.803/20, emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.				
d) Outros Valores e Bens				
Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.				
e) Imobilizado de uso e Intangível.				
O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.				
A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.				
A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.				
f) Tributos correntes e diferidos				
Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:				
	Tributo	Alíquota		
	Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%		
	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	21%		
	Programa de Integração Social - PIS	0,65%		
	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%		
	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%		
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.				
Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.				
Em virtude da publicação da Lei 14.446/2022, de 02 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% a 21%, a partir da data da publicação da referida lei até o dia 31 de dezembro de 2022. A Lei 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL para 25% entre 1º julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021.				
PASSIVO				
	Nota	31.12.2022	31.12.2021	
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.398.045	1.500.092	
Recursos de Repasse	9a	932.706	991.643	
Empréstimos no Exterior	9b	410.967	447.657	
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	8.652	-	
Outros Passivos Financeiros	9c	45.720	60.792	
Obrigações	16	1.894	1.827	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	10	96.133	48.567	
Outros Passivos	11	57.804	31.453	
Patrimônio Líquido	12	3.386.063	2.303.852	
Capital		3.156.476	2.156.476	
Capital de Domiciliados no País		2.156.476	2.156.476	
Aumento de Capital		1.000.000	-	
Reservas de lucros		229.587	147.376	
Total do Passivo		4.939.939	3.885.791	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)				
	Nota	2º Sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	295.402	541.523	369.501	
Operações de crédito	6b	198.134	372.825	292.126
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio		105.888	197.969	75.260
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5c	(8.620)	(29.271)	2.115
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(129.804)	(237.324)	(174.873)	
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(63.189)	(144.120)	(133.984)
Operações de vendas ou de transferência de ativos financeiros	6h	-	-	2.666
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(66.615)	(93.204)	(43.555)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	165.598	304.199	194.628	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS	(14.109)	(22.210)	(44.183)	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13a	38.316	68.496	38.455
Despesas de pessoal	13b	(25.300)	(49.020)	(45.881)
Outras despesas administrativas	13c	(17.276)	(34.843)	(36.132)
Despesas tributárias	13d	(12.757)	(23.449)	(13.996)
Outras receitas operacionais	13e	3.031	16.791	13.856
Outras despesas operacionais		(123)	(183)	(485)
DESPESAS DE PROVISÕES	200	(68)	(288)	
Trabalhista		381	148	(271)
Outras		(181)	(216)	(17)
Resultado Operacional	151.689	281.921	150.157	
Resultado não Operacional	627	636	(772)	
Resultado antes da Tributação s/Lucro e Participações	152.316	282.557	149.385	
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(40.635)	(75.587)	(43.888)
Imposto de renda e CSLL corrente		(71.012)	(117.712)	(56.556)
Imposto de renda e CSLL diferido		30.377	42.125	12.668
Participação no Lucro	(2.726)	(4.288)	(3.976)	
Resultado Líquido	108.955	202.682	101.521	
Nº de Ações	2.728.177.414	2.728.177.414	1.902.204.132	
Resultado Líquido por Ação	0,03994	0,07429	0,05337	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
	2º Sem/2022	31.12.2022	31.12.2021	
Lucro Líquido do período / exercício	108.955	202.682	101.521	
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	
Resultado Abrangente do período / exercício	108.955	202.682	101.521	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
	2º Sem/2022	31.12.2022	31.12.2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	152.316	282.557	149.385	
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações	70.357	96.364	46.148	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.616	93.205	43.555	
Depreciação e amortização	395	794	792	
Provisão para desvalorização de títulos livres	4.769	3.519	713	
Constituição de perdas por impairment de ativos	(1.221)	(1.221)	800	
Provisão para passivos contingentes	(202)	67	288	
Lucro ajustado antes dos impostos e participações	222.673	378.921	195.533	
Varição ativo/passivo	(1.092.785)	(1.308.374)	(1.113.975)	
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(876.240)	(946.642)	(1.063.619)	
(Aumento)/redução operações de crédito	(131.283)	(195.685)	(96.607)	
(Aumento)/redução créditos tributários	(30.434)	(42.240)	(12.786)	
(Aumento)/redução outros créditos	18.318	(1.311)	(830)	
(Aumento)/redução outros valores e bens	520	557	15	
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumentos financeiros	(5.688)	(6.420)	(95.434)	
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	(84.502)	(95.627)	177.171	
Aumento/(redução) outras obrigações	32.697	49.773	11.791	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.173)	(70.779)	(33.622)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(870.112)	(929.453)	(918.442)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(174)	
Aplicações no intangível	(1.110)	(2.311)	(1.015)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.110)	(2.311)	(1.189)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior	-	(88.538)	(8.410)	
Juros sobre o capital próprio pagos	(10.895)	(16.887)	(10.234)	
Aumento de capital	1.000.000	1.000.000	1.069.000	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	989.105	894.575	1.050.356	
Aumento/(redução) líquida de				

→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

c) Validação de Sistemas Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos. Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, qual seria a perda do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA

REDUÇÃO DO PR_{RWA} (PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA), EM PERCENTUAL. DEVIDO A CHOQUES PARALELOS NAS CURVAS DE JUROS

FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros Pré-Fixada	0,1680%	0,3916%	0,7044%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0011%	0,0027%	0,0049%
Cupom de taxa de juros - TCP	0,0135%	0,0341%	0,0688%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,1344%	0,3182%	0,5841%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0394%	0,0950%	0,1796%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0158%	0,0373%	0,0684%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0005%	0,0012%	0,0022%

Fundos de Investimento de Renda Fixa

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{RWA})

Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais.

27 - Outras Informações
a) **Efeitos da Pandemia - COVID-19**

A Instituição monitora de forma sistêmica os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da COVID-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em home office, (b) o acompanhamento de funcionários que tiveram os sintomas da COVID-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.

No Brasil, foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo dos anos de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, nos âmbitos, de liquidez, demanda, crédito, cambial e fiscal.

Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.

Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

• Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;

• Operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo *standstill* (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e mantém a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

b) Resultados recorrentes/não recorrentes

	31.12.2022			31.12.2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	541.523	-	541.523	369.501	-	369.501
Despesas da Intermediação Financeira	(237.324)	-	(237.324)	(174.873)	-	(174.873)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	304.199	-	304.199	194.628	-	194.628
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽¹⁾	(22.278)	-	(22.278)	(43.621)	(850)	(44.471)
Resultado Operacional	281.921	-	281.921	151.007	(850)	150.157
Resultado não Operacional ⁽²⁾	488	148	636	(772)	-	(772)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	282.409	148	282.557	150.235	(850)	149.385
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽³⁾	(75.520)	(67)	(75.587)	(43.888)	-	(43.888)
Participações no Lucro	(4.288)	-	(4.288)	(3.976)	-	(3.976)
Lucro Líquido	202.601	81	202.682	102.371	(850)	101.521

Resultados não recorrentes:

⁽¹⁾ Referem-se à Doação de cestas básicas ao Programa Alimento Solidário do Fundo Social de Solidariedade (R\$850 em 2021, registrados na rubrica Contribuições filantrópicas, conforme nota explicativa n° 13.c).

⁽²⁾ Referem-se a: 2022: lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R\$148).

⁽³⁾ Referem-se a: 2022: efeito dos tributos sobre o lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R\$67).

28 - Plano de Implementação da Resolução CMN n° 4.966/21

A Instituição constituiu um grupo de trabalho (GT) com os membros da Superintendência Contábil, Superintendência de Controles de Riscos, Compliance e Normas, Superintendência Financeira e Superintendência de Crédito a fim de analisar e implementar as disposições contidas na Resolução CMN n° 4.966.

De acordo com o entendimento obtido, foram levantados os principais pontos de atenção, para os quais deve haver plano de ação específico:

- Elaboração do Modelo de Negócios;
- Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros);
- Metodologia para cálculo do valor justo;
- Metodologia para apuração da taxa efetiva;

- Definição de critérios para identificação de ativos problemáticos;
- Definição de renegociação e reestruturação de operações de crédito;

- Metodologia de critérios para baixa de operações de crédito para prejuízo; e
- Adequações nos relatórios internos para contemplar operações de hedge.

Atualmente a instituição utiliza módulos que compõem a solução Sinqia Bancos e, de acordo com os principais pontos de atenção, os maiores impactos previstos ocorrerão nos módulos: Empréstimo, Renda Fixa, Contabilidade e Compliance & Risk.

A Instituição está enquadrada no segmento 4 (S4) do Sistema Financeiro Nacional e deve utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Devido à complexidade na implementação da norma, a Instituição iniciou o processo de contratação de uma consultoria especializada no assunto, visando o mapeamento, construção de propostas de políticas, metodologias, especificação de sistemas e de processos.

29 - Eventos Subsequentes

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R\$1.000.000.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito
Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício

Karen Kemely Mussi Mherab
Diretora Financeira e de Crédito e Diretora Administrativa, de Projetos e Processos em exercício

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente do Conselho de Administração

Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes

Lídia Goldenstein
Luiz Márcio de Souza

Roberto Brás Matos Macedo
Ricardo Dias de Oliveira Brito

Ricardo Lorenzini Bastos
Thiago Pinho Mardo

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes - Presidente do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna

Izaura Antunes de Sá Finzetto

Walter M. Machado de Barros

CONSELHO FISCAL

Rodrigo Bezerra da Silva - Conselheiro Fiscal Suplente

Wilson Sérgio Pedrosa Junior - Conselheiro Fiscal Efetivo

Marcelo Gomes Sodré - Conselheiro Fiscal Suplente

Marisa de Andrade Santarém - Conselheira Fiscal Efetiva

Elisabete Miyuki Nakayama - Conselheira Fiscal Suplente

Emília Ticami - Conselheira Fiscal Efetiva

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Março de 2022 a Fevereiro de 2023

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP") foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n° 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da Instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual n° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e na atual versão revisada do seu Regimento Interno, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê se reuniu 19 vezes entre março de 2022 a fevereiro de 2023, realizando 128 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração da Desenvolve SP.

Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e independente. O Presidente do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados resumidamente nas atas das reuniões, encaminhadas previamente a esse colegiado, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.

O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos e acompanhando o processo de implementação delas.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À ADMINISTRAÇÃO

O Comitê efetuou recomendações e sugestões à Administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos. As recomendações são analisadas pelos gestores responsáveis e foram ou estão sendo implantadas e acompanhadas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão do Comitê, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontram em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A Auditoria Independente é responsável pelos exames das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e ao monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos

PARECER N° 001/2023 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente

Eduardo Marson Ferreira - Conselheiro

Lídia Goldenstein - Conselheira

Ricardo Dias de Oliveira Brito - Conselheiro

Roberto Brás Matos Macedo - Conselheiro

Jerônimo Antunes - Conselheiro

Luiz Márcio de Souza - Conselheiro

Ricardo Lorenzini Bastos - Conselheiro

Thiago Pinho Mardo - Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - São Paulo - SP - Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Nossa base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 211.850 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução n° 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP. A Administração considerou os

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023

Jerônimo Antunes
Presidente do Comitê de Auditoria

Izaura A. de Sá Finzetto
Membro do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna
Membro do Comitê de Auditoria

Walter M. Machado de Barros
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER N° 001/2023 DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva

Marisa de Andrade Santarém

Conselheira

Wilson Sérgio Pedrosa Junior

Conselheiro

Aos Acionistas e Administradores do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - São Paulo - SP - Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Nossa base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 211.850 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução n° 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP. A Administração considerou os

continua →

* continuação

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da COVID-19. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela COVID-19 e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ativo fiscal diferido:** Conforme Nota Explicativa nº 14 (b), foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 114.110 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BDOBDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1Ismael Nicomédo dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 14/03/2023 17:25:09 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.